

# PROJETO EDUCATIVO ESCOLA SECUNDÁRIA DE PAREDES





## NOTA INTRODUTÓRIA

O projeto educativo é o documento que consagra a orientação educativa da escola. É elaborado e aprovado pelo conselho pedagógico e pelo conselho geral, respetivamente, para um horizonte de três anos, e nele explicitam-se os princípios, os valores, as metas e as estratégias segundo os quais a escola se propõe cumprir a sua função educativa.

O movimento reformista de 1989, no sentido da autonomia das escolas, é que suscita a necessidade do projeto educativo. “A reforma educativa não se pode realizar sem a reorganização da administração educacional, visando inverter a tradição de uma gestão demasiado centralizada e transferindo poderes de decisão para os planos regional e local” (Decreto-Lei n.º 43, de 3 de fevereiro). O projeto deve refletir o sentido identitário da escola, encontrado e construído pela comunidade, de forma participada e responsável, isto é, deve estar conformado às características e aos recursos da própria escola e simultaneamente deve poder distender-se na realidade social local. Assim, embora largamente tributário da função educativa nacional fixada na Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE) e comprimido pela força de atração exercida pelo centro de massa do sistema educativo, o projeto educativo significa, em todo o caso, uma possibilidade ou um ensaio de construção da autonomia da escola.

Vista a prazo, a deslocação do poder do centro para a periferia do sistema educativo parece inevitável, convergindo neste sentido único várias linhas de rumo percorridas nas últimas décadas: a desconcentração de serviços prevista na LBSE como garantia de aproximação do sistema educativo à comunidade local, as cartas educativas municipais, a constituição dos conselhos municipais de educação, o modelo atual de gestão das escolas, os projetos educativos municipais e a mais recente descentralização de competências na área da educação.

As mudanças geram oportunidades de transformação, mas não necessariamente uma tendência progressista. Não é suficiente aproximar o centro de decisão do centro da escola, se a comunidade não for envolvida, principalmente a comunidade escolar — até pelos riscos de perda de massa crítica que a descentralização da educação pode suscitar, sobretudo, em municípios de baixa escala. A terminologia própria do movimento de translação da administração educativa é vaga — territórios educativos, comunidades locais ou territorialização local —, fazendo falta matrizes de responsabilidade

devidamente organizadas em domínios e níveis de decisão, enquadrando as competências em matéria educativa e clarificando o que compete a cada uma das partes, como tem defendido o conselho nacional de educação.

O contexto é instável e o equilíbrio necessário ao próximo movimento depende da participação de todos. É aqui, num ambiente precário e transitório, que está posicionado e deve ser interpretado o presente projeto educativo. Ao ser considerado um instrumento de autonomia, tem de defrontar dois problemas essenciais independentes entre si: situado neste tempo histórico, que autonomia pode reivindicar se o lastro invariante das escolas secundárias públicas é tão denso e as políticas educativas estão tão profundamente definidas pela administração central? Se reivindica autonomia, quem devem ser os agentes locais que vão determinar os novos princípios, valores, metas e estratégias da escola? A importância do projeto educativo ultrapassa largamente o cumprimento do dever formal prescrito na legislação, porque é exatamente a soma dos projetos educativos de escola que constitui o ativo mais significativo no processo reivindicativo de autonomia das escolas. É desejável que a autonomia seja assumida e não imposta numa espécie de *top down* de desdobramento administrativo e burocrático.

O desígnio nacional da igualdade de oportunidades é assumido de forma radical no projeto educativo da Escola Secundária de Paredes. É rejeitada uma visão de escola exclusivista e elitista que deixa para trás os alunos mais frágeis e com dificuldades de aprendizagem, tradicionalmente suportada por um sistema sancionatório incapaz de acolher uma dimensão de ressocialização escolar. O projeto educativo consagra uma escola dirigida a todos, acolhe todas as utopias e abre no horizonte de cada aluno todas as possibilidades.

Para os paredenses, a importância da escola pública é vital. A cartografia educativa do município regista uma elevada desqualificação de habilitações da população ativa. Relativamente à média nacional, são poucos os adultos trabalhadores com o 12.º ano, ou mais, e são muitos os que têm o 3.º ciclo, ou menos. Na comparação com a Área Metropolitana do Porto, onde está administrativamente integrado, Paredes é o concelho com a maior taxa de trabalhadores cuja habilitação académica é o 1.º ciclo, cerca de 1 em 5. Outros indicadores, como o saldo migratório negativo, a taxa de envelhecimento, o nível elevado de população móvel e os índices económicos e culturais deprimidos completam o retrato de uma população de alunos que depende em absoluto da escola para realizar os anseios legítimos de um projeto de vida melhor.

A escola não pode defraudar os alunos no que é nuclear: a qualidade do ensino e das aprendizagens. O efeito das atividades letivas e não letivas proporcionadas pela escola tem de ser igualmente relevante para os alunos que vão seguir o rumo profissional no fim da escolaridade obrigatória e para os alunos que vão continuar a estudar no ensino superior. Àqueles, a escola deve proporcionar a estrutura necessária para a sua realização profissional; a estes, a escola deve dar a preparação necessária para poderem escolher o curso superior que sonharam realizar. Trata-se de um alinhamento estratégico do projeto educativo que implica necessariamente escolher a sala de aula como o lugar central da escola e o ensino e a aprendizagem como a função principal dos professores

e alunos, contribuindo sempre para garantir a ação educativa programática estabelecida na Lei de Bases do Sistema Educativo: a formação espiritual, física, estética, moral e cívica dos alunos, num quadro de liberdade, igualdade, respeito e solidariedade entre os homens, a defesa da identidade nacional, desenvolvendo o espírito e a prática democráticos, e a valorização da dimensão humana do trabalho.

Este último ponto é crucial na aplicação do projeto educativo: a relação laboral que envolve o pessoal docente e não docente, a relação de ensino e aprendizagem que envolve professores e alunos, e as relações verticais, hierárquicas ou de mera coordenação que se estabelecem, devem ser relações exemplares de respeito e de dignidade, valorizando em todas as direções o ser humano.

O projeto educativo da Escola Secundária de Paredes está organizado em duas partes. Na primeira, é feita a caracterização da escola: o contexto histórico em que surgiu, as condições sociais, económicas e culturais dos munícipes paredenses, o edifício atual e uma memória descritiva sumária sobre a comunidade escolar. A segunda parte inicia-se com o elenco dos princípios a que está subordinada a linha de ação da escola que é, depois, dividida em cinco frentes: autoavaliação, gestão, serviço educativo, resultados e inovação, apresentando-se em cada caso os principais objetivos e estratégias propostos.

#### PARTE I — CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

Enquadramento histórico

Meio físico e socioeconómico

Infraestruturas e recursos materiais

Comunidade escolar: alunos, pessoal docente e não docente e encarregados de educação

#### PARTE II — PLANO DE AÇÃO

Prioridades

Eixos: autoavaliação, gestão, serviço educativo, resultados e inovação

Acompanhamento, avaliação e revisão do projeto educativo

O projeto curricular de escola é definido em função do projeto educativo e compreende a oferta mínima seguinte: curso do terceiro ciclo do Ensino Básico geral, cursos artísticos especializados de Música e de Dança do 3.º ciclo, cursos científico-humanísticos do ensino secundário de Artes Visuais, Ciências e Tecnologias, Ciências Socioeconómicas e Línguas e Humanidades, e cursos artísticos especializados de Música e de Dança do ensino secundário.

Paredes, 10 de abril de 2024.

O Conselho Pedagógico

## **PARTE I: CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA ENQUADRAMENTO HISTÓRICO**

Em 1967, por Decreto-Lei do Ministério da Educação Nacional, o sistema de ensino básico foi unificado com a duração de seis anos, organizados em dois ciclos de ensino, para que os alunos não tivessem de escolher precocemente, no fim da 4.ª classe, o ramo do ensino secundário. A escolaridade obrigatória passa a compreender os quatro anos de ensino primário elementar e mais dois anos de um ciclo preparatório do ensino secundário.

Três anos volvidos, em 1970, as taxas reais de escolarização em Portugal são de 84% no 1.º ciclo de ensino, mas de apenas 22% no novo ciclo preparatório. É muito reduzido, inferior a 5%, o número de alunos que continuam a estudar no que seria hoje o décimo ano de escolaridade. Sobretudo, a taxa de analfabetismo nacional superava 20%.

Nesse ano, em Paredes, além das escolas de ensino primário elementar, existia a Escola Preparatória Professor Teixeira de Vasconcelos que oferecia os dois anos de estudo seguintes. Depois, com os seis anos concluídos, os alunos eram obrigados a deslocar-se para fora do concelho, com visível aumento de despesa para as famílias, o que dificultava ou tornava impossível o acesso ao ensino não obrigatório que, na época, configurava o ensino liceal, voltado para o prosseguimento de estudos e o ensino técnico prestado nas escolas industriais e comerciais.

Havia ainda o ensino particular, que era ministrado em colégios. Porém, estes estabelecimentos de ensino eram caros, estando reservados a alunos de famílias com maior poder económico. Por falta de paralelismo pedagógico com a escola pública, estes alunos das escolas privadas prestavam provas de fim de ciclo nos estabelecimentos do ensino oficial.

O estado da educação havia de mudar, contudo, na viragem para 1971. Na televisão, Veiga Simão, Ministro da Educação, apresenta as linhas gerais da reforma do ensino e lança para discussão pública dois documentos orientadores: o Projeto do Sistema Escolar e as Linhas Gerais da Reforma do Ensino Superior. Entre outros pontos muito significativos, é preconizada a extensão do ensino básico, medida que levou naturalmente a que se abrissem mais escolas públicas.

Logo em outubro desse ano, por decreto do Conselho de Ministros, são criados, ou autonomizam-se de liceus preexistentes, 21 novos liceus nacionais, mistos, destacando-se, pela proximidade a Paredes, o liceu de Penafiel. No Norte, abrem liceus ainda em Espinho, Matosinhos, Porto (António Nobre), São João da Madeira, Barcelos e Santo Tirso, Mirandela, Ovar, Oliveira de Azeméis e Famalicão.

Em Paredes, como em outras localidades, em 1972, vão funcionar as primeiras turmas liceais, no caso paredense sob a tutela do Liceu Garcia de Orta, do Porto. O primeiro dia de aulas viria a ocorrer a 10 de Outubro de 1972, no Palacete dos Viscondes de Paredes, hoje denominado Palacete da Granja,

edifício que foi cedido à Câmara Municipal de Paredes especificamente para o funcionamento da Secção Liceal. No ano letivo de 1972/1973, apenas são admitidas matrículas de alunos para a frequência do 1.º e 2.º ano do Curso Liceal, tendo o alargamento da oferta acontecido gradualmente até o ano letivo de 1975/1976, quando passou a abranger os Cursos Complementares. A Secção Liceal abriu com 3 turmas do 1.º ano e 1 turma do 2.º ano, atuais 7.º e 8.º ano do ensino básico. O corpo docente, liderado pelo Vice-Reitor do liceu tutelar, era constituído por 10 professores. Coadjuvavam no serviço auxiliar duas funcionárias.

A existência da Secção Liceal em Paredes foi assumida como sinónimo de progresso e de capacidade de realização, e já na altura era percepção corrente que a Escola só se tornaria efetivamente uma realidade consolidada com a ajuda dos pais dos alunos. No jornal *O Progresso de Paredes* podia ler-se a propósito da importância do contributo dos pais e encarregados de educação: *“Têm agora a palavra os pais ou encarregados de educação dos alunos. A terem os jovens que continuar a estudar, é na Secção Liceal de Paredes. É um dever que se impõe. Faz parte do brio de todo o paredense. Não secundar, não facilitar, não contribuir para tal obra, é trair Paredes, é desejar o seu estagnamento.”*

Em 1975, através do Decreto-Lei n.º 260-B/75, de 26 de Maio, são criadas escolas secundárias em vários distritos do país. Algumas dessas escolas, como aconteceu no caso de Paredes, resultaram da transformação de secções dos ensinos liceal e técnico já existentes. Outras foram construídas de raiz em localidades onde não existia o ensino secundário oficial. No distrito do Porto, para além da Escola Secundária de Paredes, foram criadas escolas em Águas Santas, Amarante, Carvalhos, Ermesinde, Felgueiras, Maia, Marco de Canaveses, Paços de Ferreira, Valongo e Vila do Conde.

O Decreto teve efeitos imediatos, podendo afirmar-se que a data de criação da Escola Secundária de Paredes é o dia 26 de Maio de 1975. Mas, salvo o formalismo administrativo e o simbolismo sociológico que sempre representa um passo em frente na autonomização municipal, não há qualquer corte radical entre a Secção Liceal de 1973 e a Escola Secundária de 1975.

No início da década de 1980, nasce o complexo modular onde passaria a funcionar a Escola Secundária de Paredes. Cerca de oito anos após a constituição da Secção Liceal, a Escola deixou o Palacete dos Viscondes e instalou-se definitivamente na Rua António Araújo, num edifício que foi utilizado até 2009, ano em que foram iniciadas as obras de remodelação, ao abrigo do plano de requalificação das escolas projetado pela Parque Escolar, atual Construção Pública EPE.

Hoje, a Escola Secundária de Paredes conta com um edifício principal amplo e adequado que alberga os principais serviços da escola e os gabinetes de trabalho dos professores, implantado no mesmo local do anterior bloco A da escola dos anos 80, e com três edifícios de dois andares divididos em salas de aula que estão ligados ao edifício principal por mangas fechadas. Foi construído um pavilhão gimnodesportivo de raiz, ordenaram-se os espaços desportivos exteriores e fizeram-se ajardinamentos equilibrados e aprazíveis.

## MEIO FÍSICO E SOCIOECONÓMICO

No conjunto das alterações introduzidas pela Lei n.º 75/2013, de 12 de dezembro, que trata, entre outras questões, da configuração das comunidades intermunicipais, o concelho de Paredes deixou a CIM do Tâmega e Sousa e passou a integrar a Área Metropolitana do Porto (AMP), juntando-se aos concelhos de Arouca, Espinho, Gondomar, Maia, Matosinhos, Oliveira de Azeméis, Porto, Póvoa de Varzim, Santa Maria da Feira, Santo Tirso, São João da Madeira, Trofa, Vale de Cambra, Valongo, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia.

A AMP ocupa um território com 2040 km<sup>2</sup>, aproximadamente, quase 10% da Região Norte, e aloja uma população que ronda 1.730.000 habitantes. É neste território administrativo, ligado por 17 municípios contíguos, que está integrado o concelho de Paredes, no interior, a leste do Porto, numa posição charneira com a CIM do Tâmega e Sousa a que dantes pertencia. A distribuição territorial da Área Metropolitana do Porto e a população residente, de acordo com os dados do Recenseamento Geral da População, de 2011 e 2021, são as seguintes:

[Quadro 1: População da Área Metropolitana do Porto no RGP – 2011 e 2021]

	Área: km <sup>2</sup>	Freguesias	População 2011   2021
Arouca	329,1	16	22 359   21 146
Espinho	21,1	4	31 786   31 043
Gondomar	131,9	7	168 027   164 257
Maia	83	10	135 306   134 977
Matosinhos	62,4	4	175 478   172 557
Oliveira de Azeméis	161,1	12	68 611   66 175
<b>Paredes</b>	<b>156,8</b>	<b>18</b>	<b>86 854   84 354</b>
Porto	41,4	7	237 591   231 800
Póvoa de Varzim	82,2	7	63 408   64 255
Santa Maria da Feira	215,9	21	139 312   136 674
Santo Tirso	136,6	14	71 530   67 709
São João da Madeira	7,9	1	21 713   22 143
Trofa	72	5	38 999   38 548
Vale de Cambra	147,3	7	22 864   21 269
Valongo	75,1	4	93 858   94 672
Vila do Conde	149	21	79 533   80 825

Vila Nova de Gaia	168,5	15	302 295   303 824
Área Metropolitana do Porto	2 041,3	173	1 759 524 (2011) 1 736 228 (2021)

Também na divisão por freguesias, o concelho de Paredes teve uma mudança recente. Era constituído por 24 freguesias, até a entrada em vigor da Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, tendo posteriormente o número descido para 18, como resultado da reorganização administrativa do território, imposta pelo referido diploma. No desenho atual, as 18 freguesias têm a seguinte denominação: Aguiar de Sousa, Astromil, Baltar, Beire, Cête, Cristelo, Duas Igrejas, Gandra, Lordelo, Louredo, Parada de Todeia, Paredes (que agrega as antigas freguesias de Besteiros, Bitarães, Castelões de Cepeda, Gondalães, Mouriz e Vila Cova de Carros), Rebordosa, Recarei, Sobreira, Sobrosa, Vandoma e Vilela.

Paredes está geograficamente delimitado pelos concelhos de Paços de Ferreira e Lousada, a Norte, pelo de Penafiel, a Este, pelo de Gondomar, a Sul, e pelo de Valongo, a Oeste. Embora se situe no limite interior da Área Metropolitana do Porto, no ponto mais afastado do litoral, beneficia de uma rede de autoestradas que o coloca a poucos minutos de distância da cidade do Porto, do Aeroporto Francisco Sá Carneiro e do porto de Leixões, e a noventa minutos de Vigo. O concelho é também servido pela linha ferroviária do Douro, fazendo a estação de Paredes parte do traçado que liga o Centro Histórico do Porto ao Douro Vinhateiro.

Como aconteceu com a generalidade dos concelhos da AMP, a população no concelho de Paredes recuou entre 2011 e 2021. Com uma quebra de 2,9% no número de habitantes, Paredes foi mesmo o quinto concelho que percentualmente perdeu mais população, juntando-se, neste estatuto, com Vale de Cambra, Arouca, Santo Tirso e Oliveira de Azeméis que, em comum, partilham a condição de periféricos relativamente ao Porto.

Ainda assim, Paredes mantém-se um concelho populoso, e é o sétimo com mais habitantes entre os 17 que constituem a AMP. Quando analisamos a densidade populacional, verificamos que o concelho de Paredes apresenta números de 538,2 Hab./km<sup>2</sup>, que contrastam com 168 Hab./km<sup>2</sup> da região Norte e 850,6 Hab./km<sup>2</sup> da Área Metropolitana do Porto. A densidade populacional de Portugal continental situa-se nos 112,2 Hab./km<sup>2</sup>.

A estrutura etária da população de Paredes, à semelhança da que caracteriza o país, sofreu uma alteração profunda ao longo da década iniciada em 2011. Em relação ao segmento dos idosos, com idade superior ou igual a 65 anos, o número de habitantes em Portugal cresceu 21% entre 2011 e 2021, e na AMP cresceu 33,2%. No concelho de Paredes, o número de idosos aumentou 41%. Uma análise mais fina mostra que na freguesia de Paredes e noanel de freguesias que a circundam habitam agora cerca de 1,5 vezes mais pessoas idosas do que em 2011.



No sentido oposto, o recuo do número de habitantes com menos de 14 anos é assinalável, sobretudo, lembrando que Paredes era em 2011 um dos concelhos mais jovens do país. Assim, Portugal, globalmente, tem menos 15% de crianças (1 331 188, em 2021, e 1 572 329, em 2011). Na Área Metropolitana do Porto, o número de crianças caiu 18% e no concelho de Paredes baixou 27,5%. Há freguesias com quebras próximas de 40%, como Cristelo, Duas Igrejas, Lordelo, Louredo, Sobrosa e Vilela. A descida foi mais branda na sede do concelho, que registou em 2021 menos 17% de crianças do que em 2011.

Estes dados têm impacto naturalmente na projeção do número de alunos que frequentam as escolas de Paredes, sugerindo que o número total atual de turmas existentes possa vir a ter uma quebra significativa no futuro.

No quadro seguinte, que mostra a taxa de variação entre 2011 e 2021 do número de crianças com idade igual ou inferior a 14 anos e de idosos com idade igual ou superior a 65 anos nas freguesias do concelho de Paredes, é visível a mudança radical da estrutura etária:

[Quadro 2: Evolução da população de crianças e de idosos, RGP 2011 e 2021, por freguesia do concelho de Paredes]

	Crianças		Idosos	
	Habitantes 2021	Decréscimo	Habitantes 2021	Acréscimo
Aguiar de Sousa	186	31%	308	28%
Astromil	165	22%	145	24%
Baltar	650	21%	852	48%
Beire	263	27%	327	27%
Cête	398	30%	526	49%
Cristelo	268	36%	271	44%
Duas Igrejas	542	38%	491	46%
Gandra	1008	24%	932	44%
Lordelo	1130	36%	1586	31%
Louredo	178	39%	206	9%
Parada de Todeia	250	24%	315	45%
Paredes	3053	17%	3205	48%
Rebordosa	1159	31%	1504	29%
Recarei	558	25%	923	53%
Sobreira	515	30%	719	44%
Sobrosa	320	37%	492	43%

Vandoma	342	30%	330	66%
Vilela	708	35%	660	39%

A população empregada do município de Paredes aumentou de 2011 para 2021, passando de 36 565 para 38 589 pessoas, encontrando-se, por secção de atividade económica, sobretudo, nas indústrias transformadoras (12 494 trabalhadores) e no comércio por grosso e a retalho (6 739 trabalhadores), duas atividades que em conjunto ocupam metade dos trabalhadores do concelho. A construção (3 709 pessoas), as atividades de saúde humana e apoio social (2 700 pessoas) e a educação (2 133) completam o conjunto das 5 áreas com mais trabalhadores representando globalmente 72% dos indivíduos empregados.

As atividades que apresentam o maior aumento percentual no número de indivíduos empregados são as atividades imobiliárias e as atividades de informação e de comunicação que praticamente duplicaram. Cresceu ainda significativamente o número de empregos nas atividades de saúde humana e apoio social e nas atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas.

O município de Paredes registou em 2021 uma taxa de desemprego de 8,7 %, ligeiramente abaixo do valor da AMP, 9,6 %. Os números do desemprego são mais elevados nas mulheres do que nos homens. Noutros indicadores relevantes, Paredes é o concelho da Área Metropolitana do Porto com maior incidência de pagamento de abono de família, o consumo de energia eléctrica por habitante ronda 65% do consumo médio nacional, as despesas municipais por habitante são 60% das despesas médias do país, o poder de compra estabilizou em 2021 no índice 79, face ao índice 100 nacional, e o ganho mensal dos trabalhadores por contra de outrem era, em 2019, de 919 euros, valor que contrasta com a média nacional de 1206 euros.

A qualificação escolar da população é bastante baixa. No segmento residual das pessoas que não estudaram sequer 4 anos, Paredes, com 5%, acompanha a média do país que regista 6%. Mas, no segmento seguinte, população que não chegou a frequentar o ensino secundário, encontra-se abaixo da média nacional, 65% contra 56%, e nas pessoas com grau académico médio ou superior o registo de Paredes é de 13%, quase metade do país, 21%.

## INFRAESTRUTURAS E RECURSOS MATERIAIS

A Escola Secundária de Paredes é constituída por 6 edifícios autónomos e uma área exterior para a prática desportiva. Encontra-se implantada num terreno em três socalcos, sendo o pavilhão E o único que se situa no plano mais elevado, à mesma cota da parte norte da Rua António Araújo. Numa cota inferior, partilhando o mesmo plano e a mesma arquitetura, estão implantados os pavilhões A, B e C. Num terceiro plano, a sul, encontram-se localizados o pavilhão D, o pavilhão gimnodesportivo e a área exterior de jogos.

No edifício mais próximo da entrada da escola, o pavilhão E, encontram-se localizados os serviços administrativos, a receção, o anfiteatro, o auditório, o gabinete de psicologia, o bufete, o refeitório, a reprografia, a papelaria, as salas de atendimento aos encarregados de educação, a sala de alunos, a sala de pausa do pessoal não docente, uma enfermaria, a biblioteca, a sala da direção, a sala de professores, as salas de trabalho dos professores e uma sala de reuniões.

Os pavilhões A, B e C acolhem salas de aula, de dimensões variáveis. Nos pavilhões A e B há globalmente 52 salas de aula normais e no pavilhão C, além de mais 4 salas normais, estão os laboratórios de Física, Química, Biologia e Geologia, as respetivas salas de preparação, salas de informática e um gabinete de apoio aos serviços.

No plano mais baixo do recinto escolar, o pavilhão D concentra as 3 salas de aula de artes, uma sala de professores e um gabinete técnico, e o pavilhão G compreende o pavilhão gimnodesportivo, duas salas de ginástica, os vestiários e balneários, uma sala de professores e uma arrecadação de material.

Quanto aos recursos materiais e equipamentos, todas as salas de aula da escola têm quadros brancos, um computador com ligação à Internet e um videoprojetor. Os laboratórios e as salas de preparação estão equipados com os recursos indispensáveis às aulas das respetivas disciplinas. O pavilhão gimnodesportivo e as salas de ginástica possuem equipamentos fixos ou móveis que permitem a prática das principais modalidades desportivas. As salas de informática que se encontram no pavilhão C estão equipadas com 16 computadores para uso dos alunos.

Apesar da dimensão das obras de requalificação e do volume financeiro investido na escola, a manutenção, que é assegurada pela Construção Pública, EPE, embora alimentada por rendas anuais avultadas, produz um serviço ineficiente. O investimento é feito, sobretudo, em áreas técnicas, invisíveis aos utentes, sem impacto no conforto da população escolar. Em simultâneo, os espaços que são usados diariamente, como as salas de aula, os recreios e os campos de jogos não têm manutenção. Não inverter urgentemente a hierarquização das opções que estão a ser tomadas pela Construção Pública, EPE, pode significar, a prazo, a desqualificação das infraestruturas.

## **COMUNIDADE ESCOLAR**

### **ALUNOS**

Nos últimos anos, quatro causas principais estão a influenciar com algum significado a dimensão da população de alunos da escola. Primeiro, a quebra ainda não estancada no número de habitantes em Paredes, sobretudo na faixa mais jovem. Os cenários previstos na Carta Educativa de Paredes para a década de 2020 mantêm a tendência de descida do número de alunos no concelho: nos 3 ciclos do ensino básico, de 7000 alunos registados em 2020 para 4500, em 2030, e, no ensino secundário, de 2000 para 1400. Em segundo lugar, a ampliação da oferta escolar pública no concelho que permite

agora a frequência do ensino secundário nas escolas básicas com 3.º ciclo de Cristelo, Sobreira e Paredes. Terceiro, o impacto da oferta privada no ensino secundário que já atingia em 2020/21 cerca de 20% dos alunos deste ciclo de ensino. Quarto, a convergência entre a idade real e a idade esperada dos alunos, relativamente ao ano de escolaridade frequentado, que quase eliminou o acréscimo artificial de estudantes que frequentavam a escola mais de 6 anos – quadro 3 (n.ºs de 2023/24):

[Quadro 3: N.º de alunos cuja idade real converge ou diverge da idade esperada, apresentados no par converge | diverge]

2023/24	7.º Ano	8.º Ano	9.º Ano	10.º Ano	11.º Ano	12.º Ano
12 anos	202 0	2 0				
13 anos	33 7	238 0	3			
14 anos	0 2	23 5	229	2		
15 anos			21 6	210		
16 anos		0 1	4	11 7	159	
17 anos				3	9 7	180
≥18 anos					3	12 11
Total	235 9	263 6	253 10	223 10	168 10	192 11

Como é realçado no quadro 4, a escola perdeu quase 400 alunos entre 2016/2017 e 2023/2024, com especial incidência nos últimos 3 anos letivos. Estão agora absorvidos os efeitos da abertura do ensino secundário noutras escolas do concelho e da convergência entre a idade esperada e a idade real dos alunos. Mas a redução previsível da população jovem do concelho ainda deve impactar no número futuro de alunos. Sem outras causas externas, como efeitos migratórios ou mudanças no parque escolar municipal, é provável que apenas 1200 alunos frequentem a escola em 2030:

[Quadro 4: Número de alunos da Escola Secundária de Paredes, por anos de escolaridade, entre 2016/17 e 2023/24]

	2016/17	2017/18	2018/19	2019/20	2020/21	2021/22	2022/23	2023/24
7.º	327	301	269	280	279	249	261	245
8.º	295	325	305	276	275	275	261	269
9.º	289	297	315	308	283	286	281	263
10.º	300	332	346	310	300	244	202	232
11.º	242	245	239	274	248	250	213	175
12.º	275	205	210	215	262	237	247	203
CP	92	70	82	109	75	53	26	43
Total	1820	1775	1766	1772	1722	1594	1491	1430

O saldo na transição do 3.º ciclo para o ensino secundário é largamente desfavorável à escola. Um estudo interno de autoavaliação, de 2021/2022, mostra que 47% dos alunos que concluíram o terceiro ciclo na escola muda-se para outro estabelecimento de ensino, decisão que afeta, principalmente, os alunos que concluíram o 9.º ano com mais dificuldades. Em números absolutos, na transição para o ano letivo 2022/2023, o estudo revela que saíram da escola no fim do 9.º ano 118 alunos (95 ingressaram em cursos profissionais e 23 em cursos científico-humanísticos) e entraram no 10.º ano, em cursos científico-humanísticos, 41 alunos vindos de outras escolas.

Aproximadamente um terço dos alunos da escola beneficiam de auxílios económicos no âmbito da ação social escolar que se traduzem pela redução parcial ou total do preço do almoço servido no refeitório, ajudas no material escolar e ainda nas visitas de estudo. Todos os alunos têm apoio social na aquisição de manuais escolares e nos transportes escolares.

[Quadro 5: Distribuição dos alunos por ano de escolaridade e escalão do apoio social | 2023/24]

	7.º ano	8.º ano	9.º ano	10.º ano	11.º ano	12.º ano	Total
Escalão A	41	37	35	33	20	16	182
Escalão B	46	41	42	30	23	22	204
Escalão C	20	9	6	13	6	6	60

## PESSOAL DOCENTE E NÃO DOCENTE

O corpo docente da Escola Secundária de Paredes é estável, aproximando-se o número de professores em serviço do número de professores vinculados à escola. A imunidade aos efeitos dos concursos de professores é significativa, sendo residual o número de docentes que mudam de escola. Em 2023/2024, os registos assinalam 138 professores em exercícios de funções que pertencem a quadros de escolas. Destes professores, 120 são do quadro da Escola Secundária de Paredes.

A estabilidade garantida no serviço pela forte presença de professores do quadro da Escola Secundária de Paredes traduz-se num maior compromisso com a comunidade escolar e educativa, e com o projeto educativo. As atividades podem ser desenhadas, desenvolvidas e avaliadas numa perspetiva de continuidade, sustentada a médio prazo, encontrando-se na idade dos professores um obstáculo significativo a planos temporais mais arrojados.

É igualmente de salientar o facto de a esmagadora maioria dos professores que exercem funções na escola residir no concelho de Paredes ou em concelhos da Área Metropolitana do Porto. Este dado permite-nos compreender melhor a relação de proximidade dos professores com a comunidade educativa e escolar e o grau de conhecimento que detêm sobre o tecido socioeconómico envolvente.

A dinâmica resultante desta proximidade permite à escola uma maior capacidade de compreender e de responder às expectativas dos alunos e das suas famílias.

O corpo docente em exercício compreende então 138 professores, dos quais 9 estão colocados por mobilidade interna (provenientes de outros QE e também de QZP), 1 está contratado com horário anual completo e 8 estão na escola ao abrigo do regime da mobilidade por doença. O maior departamento é o de matemática e ciências, com 49 professores. Segue-se o departamento de línguas, com 34, e o departamento de ciências sociais, com 31. O departamento com menor dimensão é o de expressões, com 24 professores. O grupo de recrutamento com mais professores é o 300, com 19 docentes, seguindo-se, por ordem decrescente de número de professores os grupos 500 (18 docentes), 520 (14), 510 (13) e 620 (11).

[Quadro 6: Professores da Escola Secundária de Paredes, organizados por grupos de recrutamento: a) professores QE; b) professores QZP ou QE de outras escolas colocados em MI; c) professores QE ou QZP colocados por MD; d) professores QE da ESP em funções noutros estabelecimentos de ensino]

	290	300	320	330	350	400	410	420	430	500	510	520	530	550	600	620	910
a)	1	16	2	9	2	8	5	6	5	15	12	12	4	4	4	10	5
b)	1	2		2		1				1	1	1			1		
c)		1								2		1				1	3
d)												1			1		
Total	2	19	2	11	2	9	5	6	5	18	13	14	4	4	5	11	8

Os trabalhadores não docentes dividem-se em técnicos superiores (duas psicólogas, ambas com contrato até o fim do ano escolar, uma a tempo inteiro e outra a meio tempo), uma coordenadora técnica, 11 assistentes técnicas com contrato por tempo indeterminado e 33 assistentes operacionais, também todas com contrato por tempo indeterminado, desempenhando uma delas as funções de encarregada operacional.

O envelhecimento da classe docente é um dos problemas mais graves do ensino em Portugal, quer por acentuar indesejavelmente o *gap* geracional que separa professores e alunos quer pela falta previsível de professores com qualificação profissional no futuro próximo. Os dados divulgados pela OCDE, no relatório *Education at a Glance*, apontam que a classe docente em Portugal é uma das mais envelhecidas de todos os países da OCDE. Também o Conselho Nacional de Educação reportou que as percentagens dos docentes portugueses do 3.º ciclo e do ensino secundário com mais de 50 anos e menos de 30 anos em 2021/2022 eram, respetivamente, de 55% e de 2%. O CNE apontou ainda que em 2021/2022 cerca de 22% dos docentes do ensino básico e secundário tinham 60 ou mais anos.

A situação na Escola Secundária de Paredes é ainda mais grave. A média das idades dos professores do quadro ultrapassa ligeiramente os 57 anos, de acordo com os dados recolhidos em 31



de dezembro de 2023. A taxa de professores com mais de 60 anos era, naquela data, ligeiramente superior a 32%. Mais de metade dos professores da escola contam mais de 58 anos. Com uma única exceção, em menos de 2 anos, nenhum professor terá menos de 50 anos. Uma parte importante dos problemas que a escola terá de defrontar no futuro próximo passa por esta realidade que exacerba a realidade nacional do envelhecimento da classe docente. Assim, já em 2024, vai ter início um processo quase exponencial de aposentações. Grupos inteiros de recrutamento vão desaparecer durante a vigência deste projeto educativo. Em menos de 10 anos, descontando as saídas precoces, a escola vai perder cerca de 80 professores. E, pela primeira vez no nosso sistema de ensino, o conhecimento e a experiência acumulados por professores que iniciaram funções com pouco mais de 20 anos não vão ser transmitidos às gerações seguintes.

[Quadro 7A: Divisão dos docentes da escola por departamentos e grupos etários, com referência a 31.12.2023]

	<30	30 35	35 40	40 45	45 50	50 55	55 60	>60
EMRC						1		
PORT						3	7	6
FR/ESP				1	1	2		
ING						5	3	1
HIST						1	3	4
FIL							1	4
GEO							2	4
ECON							3	2
MAT					2	2	5	6
FQ					2	5	4	1
BG					3	1	3	6
ET							1	3
TIC					1	1	2	
EV						1	2	1
EF					1	5	3	1
EE					1		4	
Total				1	11	26	44	38

[Quadro 7B: Divisão do pessoal não docente com CTI por carreiras e grupos etários, com referência ao ano de 2023/24]

	<30	30 35	35 40	40 45	45 50	50 55	55 60	>60
AT		2			1	4	3	2
AO			3	3	5	4	9	9

## ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO

O conhecimento do contexto socioeducativo em que se insere a escola deve estender-se aos encarregados de educação de forma a instrumentalmente permitem uma primeira leitura em relação à retaguarda de segurança do processo de ensino e aprendizagem e ao envolvimento e cooperação que podem ter com a escola.

A OCDE tem realçado o impacto dos fatores económicos e sociais na performance académica dos alunos concluindo que os alunos provenientes de meios socioeconómicos desfavorecidos tendem a apresentar um desempenho escolar mais baixo do que os alunos de meios mais favorecidos. O relatório de 2015 indica, a título de exemplo, que na área das ciências os alunos mais desfavorecidos têm uma probabilidade três vezes superior de não atingirem os níveis de proficiência básicos. As habilitações literárias dos encarregados de educação, sobretudo das mães, parecem ser um preditor de sucesso escolar muito fiável.

Os pais e encarregados de educação participam na vida escolar através da APESP, a Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Secundária de Paredes. A associação é o parceiro mais importante da escola, prosseguindo os mesmos objetivos educativos, dinamizando diversas atividades culturais e de solidariedade e cooperando com os órgãos da escola, sempre que é solicitada. Os pais e encarregados de educação elegem também os seus representantes de turma, isto é, os dois encarregados de educação que estabelecem em nome dos outros pais uma relação privilegiada com o diretor de turma e o diretor da escola, agilizando o sistema de comunicações e contribuindo ativamente para a resolução de problemas e de conflitos.

[Quadro 8: Habilitações dos encarregados de educação | 2023/24]

	Mestrado Doutoramento	Bacharelato Licenciatura	Secundário 12.º ano	Básico 3.º Ciclo	Básico 2.º Ciclo	Básico 1.º Ciclo	NS/NR
Mães	46	302	456	286	242	80	21
Pais	45	203	381	317	293	100	94



## PARTE II: PLANO DE AÇÃO

### PRIORIDADES

A ação da escola desenvolve-se de forma orgânica e integrada no sistema educativo público nacional, constituindo princípios fundamentais o direito à educação e a democratização do ensino. O projeto educativo da escola tem assim como desígnio definir as linhas de ação mais adequadas para dar cumprimento no território local aos objetivos da política educativa nacional, designadamente, à Lei de Bases do Sistema Educativo, contextualizando-as para que correspondam às necessidades e expectativas da comunidade, tendo sempre presente que a escola forma cidadãos que defendem valores irrevogáveis como a liberdade, a solidariedade e a igualdade.

O projeto educativo é ainda a oportunidade mais significativa desenhada pelo sistema educativo público de ensaiar a construção da autonomia da escola. A soma dos projetos educativos das escolas portuguesas é o ativo mais valioso no investimento na descentralização e desconcentração da administração central, aproximando os serviços educativos dos cidadãos que são servidos.

Para dar expressão a este sentido transformador, foram identificados 45 objetivos específicos no projeto educativo da Escola Secundária de Paredes, organizados segundo 5 eixos principais, *autoavaliação, gestão escolar, serviço educativo, resultados e inovação*, assentando nos seguintes princípios afirmativos:

1. Posicionamento da escola como espaço de integração social onde todos os alunos podem ter oportunidades iguais no acesso à oferta educativa escolar, curricular ou extracurricular, aprofundando o primeiro objetivo da UNESCO que consagra a educação para todos;
2. Escolha de atividades educativas que não amplifiquem na escola os padrões preexistentes de vantagem social, económica e cultural;
3. Estabelecimento de condições de apoio aos alunos com dificuldades em cumprir o percurso escolar ou em risco de abandono escolar, garantindo a integração e a permanência de todos os alunos na escola;
4. Importância da qualificação escolar e do dever da escola na preparação rigorosa dos alunos, tendo em vista o acesso ao ensino superior ou a entrada no mercado de trabalho;
5. Aplicação permanente junto da comunidade educativa do princípio constitucional de que ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, ou privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual;
6. Implicação permanente da escola na valorização da língua portuguesa;
7. Compromisso da escola com condições qualificadas de trabalho dos profissionais da educação: professores, técnicos superiores, assistentes técnicos e assistentes operacionais;
8. Aceitação da base humanista que assenta numa cultura de autonomia e responsabilidade: *prevenção do conhecimento contra o erro e a ilusão; ensino de métodos que permitam ver o contexto e o conjunto, em lugar do conhecimento fragmentado; reconhecimento do elo indissolúvel entre*

*unidade e diversidade da condição humana; aprendizagem de uma identidade planetária considerando a humanidade como comunidade de destino; exigência de apontar o inesperado e o incerto como marcas do nosso tempo; educação para a compreensão mútua entre as pessoas, de pertenças e culturas diferentes; e desenvolvimento de uma ética do género humano, de acordo com uma cidadania inclusiva (Edgar Morin).*

Constitui uma prioridade da escola manter um sistema de ensino adequado aos alunos que tenham a necessidade de adaptações curriculares significativas, com duas valências principais: a integração escolar, isto é, a possibilidade de conviverem em contexto de aprendizagem ou de lazer com os outros alunos da escola, e a exigência, traduzida na menor redução possível do currículo face às possibilidades circunstanciais de evolução do aluno.

## **EIXOS**

### **1 AUTOAVALIAÇÃO**

A política de autoavaliação das escolas é relativamente recente, remontando ao programa interministerial PEPT 2000 (Programa de Educação Para Todos) e incorporando-se com a publicação da Lei n.º 31/2002, de 20 de Dezembro, vigente. Ao longo do tempo, na generalidade das escolas, contra a desejável autonomia de que devia revestir-se como instrumento regulador, a autoavaliação densificou-se ensombrada pela avaliação externa, e assim se desfigurou, cristalizando como um sistema de prestação de contas centrado, em regra, no estudo e na análise dos resultados escolares obtidos pelos alunos. Não foi diferente na Escola Secundária de Paredes. Em 2018, ano da publicação de um conjunto de documentos programáticos – Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, Decreto-Lei n.º 54/2018, Decreto-Lei n.º 55/2018 e ainda a estabilização do novo referencial curricular: as Aprendizagens Essenciais –, a importância da autoavaliação foi novamente insuflada e projetada em mais direções.

Esta espécie de *back to basics*, tendo em vista a legislação de 2002, já vinha a ser antecipada por estudos académicos sobre os novos contextos educativos vindos da área das ciências da educação e do conselho nacional de educação e constituiu um desafio a que a escola respondeu, mantendo a centralidade da estrutura interna operacional, designada comissão de autoavaliação da escola, e somando-lhe a intervenção de outros agentes escolares que nas suas práticas desenvolvem atividades de autoavaliação.

A desburocratização e a descentralização da autoavaliação, assente agora numa estrutura mais simples e eficaz, constituiu uma opção intencional da escola de dispensar modelos standardizados e optar por assumir a responsabilidade de conduzir internamente a autoavaliação. A escola não quis resignar-se ao percurso muito trilhado das orientações emanadas por outros organismos tutelares, com declinações múltiplas, indiferentes às especificidades das comunidades educativas, e não abdicou da sua autonomia.

Com efeito, as modalidades de contratualização de serviços, com modulações e dispositivos próprios, inevitavelmente diminuem a natureza principal das escolas e acelera o carácter burocrático da prestação de contas, mergulhando os estabelecimentos de ensino num sistema de regulação de mercado com uma gramática própria que desfigura e torna irreconhecível a sua natureza.

Quis a escola encontrar no modelo de autoavaliação alguns graus de liberdade em relação à avaliação externa, configurada aqui como um condicionador, capazes de regularem os processos educativos imprimidos internamente.

O mecanismo que foi encontrado tem uma natureza dual. Por um lado, é recriada a comissão de autoavaliação formada por representantes da comunidade educativa – professores, assistentes, alunos e encarregados de educação –, que trabalha os temas indicados pelo conselho pedagógico, sem prejuízo de também os poder propor. Por outro lado, incentiva-se fortemente os atores escolares que no desenvolvimento dos seus trabalhos vierem a produzir pesquisas ou estudos de natureza autoavaliativa a incorporá-los no acervo formal dos documentos de autoavaliação da escola. Pretende-se assim garantir a subsistência formal de uma autoavaliação que seja dinâmica, diversa e capaz de reconstruir a realidade escolar e refletir sobre ela, sem se tornar refém dos órgãos escolares com dependências hierárquicas.

Os estudos sobre educação mostram que a crescente burocratização das escolas tem como efeito fazer fechar nos círculos que os produzem, onde depois cristalizam, grande parte dos documentos de reflexão. Nos objetivos e estratégias da autoavaliação que a escola fixou, está a moderação da produção de autoavaliação visando o ponto de equilíbrio entre a quantidade de momentos de consciência autoavaliativa e a capacidade de a comunidade escolar e educativa refletir sobre eles.

---

## Objetivos e estratégias

---

1. Recolher, tratar e divulgar de forma clara, sistemática e científica os elementos de informação que condicionam as atividades desenvolvidas na escola.
2. Visar nos trabalhos de autoavaliação a qualificação das aprendizagens dos alunos, numa dimensão ampla, de base humanista.
3. Promover o sentido crítico dos agentes e atores escolares e a produção de reflexões consequentes sobre a política e a organização escolar.
4. Observar os resultados académicos dos alunos, cruzando-os com as expectativas individuais, em ângulos abertos que permitam a comparabilidade com outras realidades escolares.

- Dinâmica relacional entre o conselho pedagógico e a comissão de autoavaliação na produção de questões-alvo de autoavaliação.
  - Opção de centralidade na autoavaliação dos processos de ensino e aprendizagem.
  - Generalização da autoavaliação à vida da escola.
  - Participação de atores escolares externos à comissão de autoavaliação com trabalhos e pesquisas de natureza autoavaliativa.
  - Recurso a estudos de comparabilidade com o exterior.
  - Incorporação do relatório de autoavaliação no relatório anual de execução de atividades.
-

## 2 GESTÃO

As lideranças devem atuar segundo ações de base democrática, no respeito pelo quadro orgânico nacional que as configura e na interpretação do seu exercício no território escolar. Há modulações locais na aplicação das políticas educativas que dependem do espaço aberto pela autonomia, mas as coordenadas da gestão da escola resultam da visão estratégica nacional, designadamente a engenharia curricular e a arquitetura administrativa. A ação democrática concretiza-se sempre que os objetivos na liderança e na gestão estão alinhados com a lei de bases do sistema educativo, visando a igualdade de oportunidades no sucesso escolar dos alunos e o exercício do seu direito à liberdade de expressão filosófica, estética, política, ideológica e religiosa. É ainda a motivação democrática que gera o dever ético constituinte das lideranças de consultar e ouvir, com caráter permanente e consequente, a comunidade escolar e educativa.

A escola tem de saber interpretar de forma adequada os anseios das famílias no contexto social local de Paredes, descrito neste projeto educativo. Espera-se assim que cumpra o seu papel de principal elevador social à disposição das famílias e deseja-se que o faça num ambiente seguro e acolhedor. Acima de tudo, dirigir a escola implica compreender a importância do peso da vida escolar no cálculo das probabilidades de realização do projeto de vida dos alunos.

Dentro das competências e responsabilidades estabelecidas, a escola deve garantir uma leitura própria da organização escolar e recorrer aos instrumentos mais eficazes na valorização das aprendizagens. No 3.º ciclo, é de manter o plano reformista e progressista que o fez aproximar-se desde 2017 de um bloco único de estudos em que o percurso do aluno é continuamente perscrutado por critérios de avaliação formativa. Esta perspetiva assume um lugar central na política da escola, com méritos sustentados por diversos indicadores de autoavaliação: baixaram as taxas de retenção e desistência em todos os anos de escolaridade, e a escola convergiu com o país; a idade real dos alunos aproximou-se muito da idade esperada para o ano de escolaridade frequentado; diminuíram significativamente os conflitos e a indisciplina escolar; otimizaram-se recursos; o sucesso escolar no ensino secundário foi reforçado e os resultados dos exames nacionais melhoraram na comparação com escolas homólogas.

Não se trata apenas de mais uma fórmula para vencer a inércia de um sistema escolar organizado rigidamente em ciclos anuais que fazem esgotar os recursos no início do ano letivo e limitam a exploração consequente das informações intercalares periodais que os conselhos de turma transmitem, adiando os projetos curriculares individuais dos alunos com rendimentos escolares excepcionalmente atrasados ou adiantados, nem é apenas um modo de ultrapassar um constrangimento sistémico que radica na falta de autonomia das escolas e que parece não ter solução a curto prazo. É, no contexto das avaliações anuais tributárias da aplicação dos critérios de avaliação, a possibilidade real de aproveitar amplamente a oportunidade do lançamento do ano letivo para rever percursos curriculares dos alunos.

Reformar o pensamento dominante sobre a retenção inútil e cruel em anos escolares a que não corresponde qualquer certificação – retenção ineficaz, sem dimensão ressocializante da vida escolar e meramente um veículo de afeições na saúde mental dos alunos – suscita novos desafios, principalmente a reorientação do apoio ao estudo e o acompanhamento profissional na procura de percursos formativos diferentes por janelas de oportunidade que não se esgotam no interior da escola, mas abrem horizontes para o território mais próximo, constituído por outras escolas ou centros de aprendizagem.

Em simultâneo, a escola tem de insistir em padrões elevados de exigência e rigor no ensino secundário científico-humanístico que, além de se autojustificarem por se tratar de um ensino que integra níveis complexos de conhecimentos e de destreza académica, são também a porta de entrada no ensino superior: no contexto social, cultural e económico de Paredes, muito deprimido, esta é praticamente a única forma de ascensão social disponível.

A liderança e a gestão devem guiar a escola na via sinuosa e estreita por onde todos os alunos progredem, sendo certo que os ritmos de aprendizagem são diferentes e que todos os alunos têm o direito de realizar o projeto escolar a que se propõem. Isto significa garantir a máxima amplitude do ângulo formado pelo eixo dos recursos dedicados aos alunos que têm mais dificuldades e pelo eixo do apetrechamento necessário aos alunos que aprendem mais facilmente. É em todas as declinações deste ângulo que se cumpre o ideal da promoção da realização individual em harmonia com os valores da solidariedade social, garante da descoberta e do desenvolvimento dos interesses e aptidões de cada um, da capacidade de raciocínio, da memória e espírito crítico, da criatividade, do sentido moral e da sensibilidade estética.

O foco, como sublinha o conselho nacional de educação, deve estar numa educação de qualidade para todos, assente em percursos diferenciados. A qualidade do ensino e das aprendizagens “tem de proporcionar percursos de qualidade para cada aluno” e “todos podem aprender e progredir, realizando aprendizagens significativas e que tenham bem vivo o seu sentido de utilidade, e promovendo a aquisição real de saberes e de competências, devidamente incluídas em atividades programadas e curricularmente enriquecidas” (Parecer do CNE, abril de 2017).

As lideranças, do diretor, da equipa diretiva e dos dirigentes intermédios, fazem-se sentir também junto dos professores e do pessoal não docente. A escola beneficia da vantagem de possuir quadros estáveis de pessoal, estando bem identificadas as características individuais dos trabalhadores que o conhecimento e a experiência mútuos suscitaram. Este contexto favorável não é um acaso, mas sim o resultado de opções de gestão que foram genericamente bem acolhidas. Com o envelhecimento da classe docente e não docente, avizinhandos-se novos ciclos de recrutamento, é necessário, em todo o caso, continuar a refletir permanentemente na adequação das condições laborais: o direito à realização profissional dos professores e dos assistentes técnicos e operacionais, a participação ativa na vida da escola, as condições de trabalho qualificadas e justas, a conciliação entre o trabalho e a vida familiar, e a ponderação solidária entre o princípio da equidade e as diferentes circunstâncias de vida



pessoal. Sem esquecer que nos objetivos e estratégias de gestão devem estar também a urbanidade e a civilidade nos tratamentos e relações interpessoais:

---

### Objetivos e estratégias

---

5. Definir a sala de aula como o lugar central para onde converge o esforço da organização escolar.
  6. Garantir a qualidade das aprendizagens no fim da escolaridade obrigatória, visando o acesso dos alunos ao ensino superior ou preparando-os para a vida profissional imediata.
  7. Garantir percursos escolares efetivos dos alunos com mais dificuldades de aprendizagem, procurando formas úteis de inclusão escolar.
  8. Manter a oferta curricular da escola: 3.º ciclo em articulação com o ensino artístico, ensino secundário com os 4 cursos científico-humanísticos e ensino profissional em áreas laboratoriais.
  9. Promover a articulação entre as estruturas e os órgãos da escola e dar valor às lideranças intermédias.
  10. Otimizar a gestão dos recursos humanos e materiais da escola.
  11. Aperfeiçoar em clareza, consistência e coerência os documentos orientadores da escola.
  12. Criar circuitos eficazes de comunicação e estabilizar o correio eletrónico como meio preferencial da comunicação vertical e horizontal.
  13. Garantir ao pessoal docente e não docente a formação adequada para cumprir o projeto da escola, através da associação ao CFAEPPP.
  14. Criar mecanismos de participação da comunidade na construção dos documentos estruturantes da escola, em especial, os professores, os alunos, o pessoal não docente e os pais ou encarregados de educação.
  15. Motivar os professores e os trabalhadores não docentes, promover condições dignas de trabalho e conseguir fomentar o sentido de pertença à comunidade escolar.
  16. Qualificar os horários dos alunos e os horários de trabalho dos profissionais da escola.
  17. Minimizar a burocracia, segundo o princípio de que são menos relevantes os trabalhos sem impacto na relação de ensino e aprendizagem construída na sala de aula.
- Valorização do tempo útil da aula com o foco permanente no ensino e aprendizagem.
  - Valorização da sala de aula, minimizando interrupções por motivos alheios à aula.
  - Regulamentação documental do lançamento do ano letivo.
  - Aprovação por amplo consenso de critérios de composição de horários escolares e garantia de que todos os alunos têm aulas de manhã.
  - Constituição de protocolos com entidades e organismos parceiros da escola.
  - Estabilização da circulação da informação por suportes digitais apoiados em caixas de correio individuais institucionais.
  - Desenvolvimento de práticas de regulação pedagógica através da partilha de conhecimentos e experiências.
  - Apoio à gestão por assessorias TP na área das medidas seletivas e adicionais.
  - Acompanhamento do desenvolvimento profissional dos professores.
  - Monitorização da opinião dos professores contratados que leccionam na escola.
  - Constituição de turmas com base em critérios de validade da continuidade da relação pedagógica entre professores e alunos.
  - Envolvimento da comunidade educativa na aprovação do plano curricular da escola.
  - Transformação funcional do *site* esparedes numa interface de comunicação entre a comunidade e a escola.
  - Reforço do sentimento de pertença dos assistente à escola, valorizando o trabalho quotidiano técnico e operacional.
  - Acompanhamento do desenvolvimento profissional dos assistentes técnicos e operacionais.

---

## 3 SERVIÇO EDUCATIVO

O serviço educativo visa uma escola democrática de qualidade, isto é, uma escola para todos, assimétrica por andamentos e vulnerabilidades diferentes, mas polarizada nos direitos iguais dos alunos no desenvolvimento pleno das suas capacidades. As aprendizagens devem estar no centro da vida escolar. Concretizam-se, qualificando a comunicação dialógica entre professores e alunos,

diversificando estratégias de ensino, promovendo a o planeamento e a articulação curricular e acelerando a boa inovação curricular e pedagógica, sem concessões a experimentalismos não validados.

As aprendizagens essenciais constituem o conjunto comum de conhecimentos a adquirir, identificados como os conteúdos de conhecimento disciplinar estruturado, indispensáveis, articulados conceptualmente, relevantes e significativos. O planeamento curricular constitui a apropriação contextualizada do currículo, adequada à consecução das aprendizagens e ao desenvolvimento integral dos alunos, e tem as seguintes prioridades: a) a valorização das artes, das ciências, do desporto, das humanidades, das tecnologias e do trabalho prático e experimental; b) a aquisição e desenvolvimento de competências de pesquisa, avaliação, reflexão, mobilização crítica e autónoma de informação, com vista à resolução de problemas e ao reforço da autoestima dos alunos; c) o aprofundamento da comunicação e expressão em língua portuguesa e em línguas estrangeiras; d) o exercício da cidadania ativa, de participação social, em contextos de partilha e de solidariedade.

A avaliação das aprendizagens tem os seguintes objetivos: 1.º) informar e sustentar intervenções pedagógicas, reajustando estratégias que conduzam à melhoria da qualidade das aprendizagens, com vista à promoção do sucesso escolar; 2.º) aferir a prossecução dos objetivos definidos no currículo; 3.º) certificar aprendizagens.

Os critérios de avaliação devem compreender um perfil de aprendizagens específicas, integrando descritores de desempenho, em consonância com as aprendizagens essenciais, as áreas de competências inscritas no perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória e a estratégia nacional de cidadania. Os instrumentos de avaliação devem ser diversificados e robustos para garantirem o direito dos alunos a serem bem avaliados. A eficácia da avaliação formativa e o rigor da certificação das aprendizagens que resulta da avaliação sumativa são proporcionais à qualidade da recolha da informação sobre os conhecimentos dos alunos.

Uma avaliação sumativa tendencialmente justa tem de ser aferida regularmente em dois planos distintos, mas sobrepostos: internamente, minimizando os efeitos desequilibradores da subjetividade do professor avaliador, e, externamente, regulando-se pela avaliação sumativa realizada noutras escolas do país, com especial ênfase para as escolas de contextos sociais semelhantes. Uma avaliação sumativa desalinhada com a norma seguida no país constitui um risco que a escola não pode suportar, levando no curto prazo à migração de alunos para escolas percecionadas como mais justas e a médio e a longo prazo à descaracterização da escola. Com reflexo nos procedimentos de autoavaliação, é necessário manter registos atualizados sobre a entrada e a saída de alunos da escola e refletir nas razões que explicam estes fluxos.

A qualidade do serviço educativo depende ainda de outras variáveis, menos tangíveis, mas igualmente importantes, como o bem-estar da população escolar. A apresentação das instalações e a configuração dos espaços de convívio social, como as salas, os recreios e os jardins, devem ser

cuidadas. Para os trabalhadores, horários de trabalho adequados, perímetros de competências bem definidos e tendente diminuição do efeito burocratizante da prestação sistemática de contas e de recolha de evidências que desfoçam o centro para onde converge a escola, as aprendizagens dos alunos.

Para otimizar as aprendizagens, qualificar o serviço educativo prestado pela escola, antecipar e prevenir problemas de indisciplina e contribuir para a estabilidade emocional da comunidade escolar, a idade real dos alunos deve estar muito próxima da idade esperada, em cada ano de escolaridade. Todos os instrumentos de gestão escolar devem concorrer para este fim, sendo a convergência das idades um sinal preditivo com muito significado na prossecução dos objetivos e estratégias do serviço educativo da escola.

---

## Objetivos e estratégias

---

- |   |   |
|---|---|
| <p>18. Fazer convergir o feixe das decisões táticas de organização escolar para a qualificação sistemática da relação de ensino e aprendizagem.</p> <p>19. Assegurar o caráter contínuo da avaliação formativa, interpretando-a no contexto da aferição interna ou externa de conhecimentos.</p> <p>20. Garantir que a avaliação sumativa de cada aluno é rigorosa e justa, mantendo a equidade nas classificações atribuídas, quer relativa à turma a que pertence quer relativa à escola quer relativa ao país.</p> <p>21. Definir o plano curricular da escola, considerando a oferta curricular na dimensão de oferta educativa com impacto ao longo da vida dos alunos.</p> <p>22. Garantir a articulação curricular, ordenando de forma lógica os conteúdos e fazendo convergir terminologias, e promover a boa inovação curricular e pedagógica.</p> <p>23. Diversificar utilmente estratégias de ensino e estratégias de organização das turmas, como meio de melhorar as aprendizagens,</p> <p>24. Diversificar as estratégias de recolha de elementos de avaliação como meio de garantir o direito dos alunos a serem bem avaliados.</p> <p>25. Promover a equidade e a inclusividade, adequando as respostas educativas aos ritmos de aprendizagem dos alunos.</p> <p>26. Manter a tradição da escola de acolher professores estagiários.</p> <p>27. Recriar a biblioteca escolar tornando-a o centro do projeto de valorização da língua portuguesa e de leitura na escola, e um centro cultural local de acesso à música, à arte e aos espetáculos.</p> <p>28. Utilizar as práticas laboratoriais para desenvolver a curiosidade e o espírito científico dos alunos.</p> <p>29. Acompanhar a Estratégia Nacional para a Cidadania e dispor a sua transposição para a vida da escola.</p> <p>30. Valorizar em todas as circunstâncias a Língua Portuguesa.</p> <p>31. Avaliar e autoavaliar a comunicação verbal e escrita na sala de aula, aferindo a adequação, clareza e correção utilizadas.</p> <p>32. Promover o bem-estar dos alunos, professores, assistentes e técnicos superiores no tempo de trabalho na escola.</p> | <ul style="list-style-type: none"><li>• Aproximação da exigência escolar do 3.º ciclo ao grau de complexidade do ensino secundário.</li><li>• Clarificação do conceito de autoavaliação como meio de aperfeiçoar a avaliação formativa.</li><li>• Orientação dos alunos na autoavaliação.</li><li>• Reconhecimento do direito individual dos alunos à avaliação.</li><li>• Criação de momentos de diagnóstico e de avaliação supra turmas, transversais às disciplinas e aos anos de escolaridade.</li><li>• Estabilização dos critérios de avaliação de acordo com perfis de desempenho.</li><li>• Aferição interna à escola e entre escolas dos critérios e instrumentos de avaliação sumativa.</li><li>• Aproximação do 3.º ciclo do ensino básico a um bloco trienal contínuo de aprendizagens.</li><li>• Monitorização do desenvolvimento do currículo.</li><li>• Exploração de vantagens na formação dinâmica de turmas.</li><li>• Investigação dos efeitos das modalidades de apoio educativo, designadamente das tutorias.</li><li>• Incentivo ao ensino prático e experimental.</li><li>• Uso intencional de novas tecnologias.</li><li>• Responsabilização de docentes e alunos sobre os resultados da ação pedagógica.</li><li>• Ampliação do projecto 12 [789] MAT a salas de estudo pluridisciplinares.</li><li>• Investimento reforçado no centro de línguas estrangeira da escola.</li><li>• Qualificação da ortografia e sintaxe dos documentos da escola, sobretudo na relação com os alunos.</li><li>• Fomento da leitura e aplicação de um plano escolar de leitura articulado do 7.º ao 12.º ano.</li><li>• Planeamento intencional e articulado das visitas de estudo do 7.º ano ao 12.º ano.</li><li>• Integração da escola no projeto Erasmus.</li><li>• Apoio às escolhas vocacionais dos alunos.</li><li>• Qualificação dos espaços escolares.</li></ul> |
|---|---|
-



## 4 RESULTADOS

A escola deve refletir nos resultados académicos dos alunos, tendo presente o contexto social, económico, cultural e educativo em que está inserida e os resultados passados que a caracterizam. Contra um contexto adverso e desfavorável às aprendizagens que fragiliza as condições iniciais dos alunos, designadamente a desvalorização social de conhecimentos básicos que deviam constituir a retaguarda da escola, as séries históricas da avaliação interna e externa mostram que a *performance* dos alunos está acima do esperado e muito próxima das melhores escolas públicas do país.

[Quadro 9: Comparação das taxas de transição na escola e no país, apresentadas na forma escola | país]

	2016/17	2017/18	2018/19	2019/20	2020/21	2021/22	2022/23
7.º ano	95 88	96 89	99 93	98 96	99 94	100 94	100 93
8.º ano	98 93	96 93	95 95	98 97	100 96	100 96	100 94
9.º ano	93 93	96 92	98 94	96 98	98 97	99 96	98 90
10.º ano	80 84	81 85	84 87	88 91	90 90	90 89	91 87
11.º ano	89 91	93 92	91 92	98 97	99 97	99 96	99 96
12.º ano	74 70	83 70	78 73	83 82	88 86	91 87	92 87

[Quadro 10: Comparação dos resultados das provas nacionais do 9.º ano na escola e no país, em 2022/2023]

	Escola	País
Português	64,7   254 Provas	61,0
Matemática	50,2   254 Provas	43,0

[Quadro 11: Comparação dos resultados dos exames nacionais na escola e no país, entre 2021 e 2023]

	2020/21		2021/22		2022/23	
	Escola	País	Escola	País	Escola	País
Português	13,5   106Pv	12,0	12,2   80Pv	10,9	12,6   100Pv	12,5
Matemática A	11,3   130Pv	10,6	13,6   91Pv	11,9	13,0   107Pv	11,0
História A	12,9   23Pv	12,9	12,8   22Pv	12,3	10,7   24Pv	11,5
Desenho A	14,0   1Pv	13,8	16,5   14Pv	14,1	13,5   22Pv	13,7
Biologia e Geologia	13,0   138Pv	12,0	12,2   131Pv	10,8	12,9   119Pv	11,4
FQ A	11,2   110Pv	9,8	13,0   124Pv	11,7	13,0   96Pv	11,2

São o esforço e o mérito dos alunos, o desempenho profissional dos professores e dos assistentes e os aspetos estratégicos da organização da escola que explicam os bons resultados obtidos no passado: taxa de abandono escolar praticamente nula, taxas anuais de transição dos alunos muito elevadas, taxa de conclusão do ensino secundário sistematicamente superior à do país e resultados nos exames nacionais iguais ou superiores à média nacional.

Em todo o caso, o *gap* que se mantém entre os resultados esperados e os resultados conseguidos, bem como os efeitos de aprendizagens deprimidas nos anos da pandemia, que todos os estudos assinalam como sendo mais agudos nas comunidades desfavorecidas, aconselham prudência ao traçarem-se os objetivos futuros. A escola aprofunda a qualidade da avaliação sumativa dos alunos, indo além da taxa interna de transição de ano, e usa para o efeito quatro instrumentos de medida que aplica às avaliações finais do 1.º período: o aproveitamento pleno (AP), que significa obter classificações positivas em todas as disciplinas, o aproveitamento bom (AB), que significa obter a média mínima de 4 ou 16 no básico e secundário, respetivamente, o risco elevado de insucesso (RI), que significa estar em condições de retenção (fixando no 7.º e no 8.º ano as condições que se aplicam ao 9.º ano) e o número absoluto de negativas. E estes instrumentos, que são aplicados no 1.º período para reorientação estratégica dos apoios educativos, antecipam a partir de 2023/24 alguma perda de qualidade no aproveitamento escolar:

[Quadro 12: Indicadores REI, SP e SB no ensino secundário, no 1.º período, em 2022/2023 e 2023/2024]

	Alunos		Alunos REI		Alunos AP		Alunos AB		Negativas	
	22/23	23/24	22/23	23/24	22/23	23/24	22/23	23/24	22/23	23/24
10.º Ano	202	230	21%	23%	52%	50%	12%	15%	252	333
11.º Ano	212	176	12%	10%	52%	59%	17%	20%	178	148
12.º Ano	246	200	10%	8%	77%	71%	34%	39%	83	77

Embora exista um segmento escolar no ensino secundário com características profissionalizantes, a larga maioria dos alunos deste ciclo de ensino frequenta cursos científico-humanísticos. Com efeito, a cultura de escola visa essencialmente o prosseguimento de estudos e o acesso ao ensino superior, condição que determina a necessidade de reler os resultados escolares a uma segunda luz, a das colocações nos cursos superiores desejados pelos alunos (quadro 13):

[Quadro 13: acesso ao ensino superior na 1.ª fase: candidatos, colocados, colocados na 1.ª opção e opção média]

	Candidatos	Colocados 1.ª Fase	1.ª Opção	Opção média
2021	227	175	71	2,26
2022	181	143	55	2,44
2023	199	164	87	1,83

As opções da escola devem fazer-se notar nos resultados sociais, menos objetivos do que os resultados académicos, mas com significado na formação dos alunos, no desenvolvimento profissional do pessoal docente e não docente e nas relações que a escola desenvolve com o meio.

A intervenção e a ação da escola devem estar bem definidas no plano anual de atividades. Este plano é o principal instrumento de organização das atividades escolares, dura, em regra, um ano letivo, e opera nas decisões sobre a definição e organização das estratégias, meios e recursos necessários ao cumprimento dos objetivos do projeto educativo.

É indispensável que o plano de atividades contemple e articule os seguintes aspetos: 1.º) os princípios orientadores, as estratégias e os objetivos do projeto educativo da escola; 2.º) as linhas orientadoras da atividade da escola definidas pelo conselho geral; 3.º) o levantamento das necessidades concretas de aplicação do plano; 4.º) as recomendações e orientações propostas nos relatórios de execução de atividades e de autoavaliação; 5.º) o lançamento do ano letivo; 6.º) o calendário escolar; 7.º) os planos de atividades dos departamentos curriculares e das diversas secções da escola; 8.º) a calendarização das reuniões pedagógicas e administrativas; 9.º) a planificação das atividades curriculares, extracurriculares e de complemento curricular; 10.º) o plano de formação do pessoal docente e não docente; 11.º) a planificação das parcerias, dos protocolos e das associações com outras instituições e parceiros de pertinência local, regional ou nacional que representem mais-valias para a escola; 12.º) os projetos de inovação pedagógica.

No plano mais cultural e académico, da investigação e produção de ideias geradas na escola e partilhadas com o exterior, foram relevantes, na vigência do anterior projeto educativo, o seminário anual dedicado à cultura e ao património do concelho de Paredes, a revista Papel de Paredes e o planeamento em parceria com os serviços geográficos municipais de rotas pedonais de acesso à escola.

Na relação mais direta com os alunos, e com as aprendizagens, constituem-se como linhas de força da ação escolar, a prosseguir no futuro, os projetos dos laboratórios abertos – também ligados ao exterior, aos alunos das escolas do 1.º ciclo –, o clube Ciência Viva, o Centro de Línguas Estrangeiras, o projeto 12 {789} MAT e o projeto Visitações. É de manter a ideia das âncoras que potenciam diversas atividades multidisciplinares, como as comemorações do centenário de Saramago.

Os objetivos e as estratégias que a escola deve traçar candidatando-se a resultados sociais relevantes, isto é, significativos na construção dos projectos de vida dos alunos, estão resumidos no quadro seguinte, mas devem ser permanentemente questionados pela comunidade escolar para não gerarem fenómenos de dispersão em relação ao que se estabeleceu como o núcleo central da escola, a sala de aula. É muito importante o trabalho de introspeção, escrutínio e crítica que a escola deve colocar a si própria, dando conta de desequilíbrios na participação dos alunos em atividades, da necessidade de realizar um recenseamento da atividade desportiva dos alunos para situar a prática da educação física e da importância de se fomentarem intercâmbios escolares.

## Objetivos e Estratégias

33. Melhorar os resultados académicos em função do contexto da escola, superando os valores esperados na taxa de transição e nos resultados das provas e exames nacionais.
34. Manter as taxas de transição favoráveis à escola na comparação com o país e com escolas do mesmo contexto.
35. Manter os desvios positivos nas provas e exames nacionais favoráveis à escola na comparação com o país e com escolas do mesmo contexto.
36. Manter ou aumentar a taxa de alunos das classes AP (aproveitamento pleno) e AB (aproveitamento bom).
37. Manter ou aumentar a taxa de alunos colocados na 1.ª fase do acesso ao ensino superior e baixar o índice de opção média para menos de 1,50.
38. Investir em áreas tecnológicas do ensino profissional compatíveis com a utilização dos laboratórios da escola.
39. Melhorar os resultados sociais, no bem-estar escolar e na qualificação dos projetos de prosseguimento de estudos ou de inserção na vida profissional.
40. Melhorar a disciplina escolar ao nível da segurança, do comportamento e da pontualidade.
41. Envolver os pais e encarregados de educação na resolução dos problemas disciplinares da escola.
42. Desenvolver projetos solidários e projetos culturais e patrimoniais com o meio social envolvente.
43. Monitorizar o percurso dos alunos após o fim do ensino secundário.
44. Valorizar o exercício da cidadania ativa, responsável, coerente com o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, e que apela aos valores da liberdade, da tolerância e da solidariedade.
45. Conseguir o reconhecimento da comunidade educativa (respeito, apoio e envolvimento) relativamente ao trabalho feito na escola.

- Valorização do conselho de turma como estrutura pedagógica nuclear no sucesso escolar.
- Qualificação das aulas como o centro da vida escolar
- Densificação do conceito de qualidade do sucesso escolar e introdução de métricas.
- Aproximação tendencial entre a idade real dos alunos e a idade esperada para o ano de escolaridade frequentado.
- Possibilidade de aplicação de *testes intermédios* nas disciplinas com exame nacional.
- Criação de uma rede de parcerias locais que garantam estágios e empregabilidade em áreas tecnológicas exploradas no ensino profissional.
- Acolhimento e integração dos alunos novos na escola
- Criação de um observatório de monitorização do percurso académico e profissional dos alunos após o ensino secundário.
- Adoção de uma cultura de disciplina e segurança que radique na autonomia e na responsabilidade.
- Investimento na inscrição de projetos solidários no plano de atividades.
- Procura, em conjunto com a comunidade educativa, de formas de valorização do sucesso escolar.
- Envolvimento da comunidade em projetos de revalorização e requalificação da escola.
- Planeamento académico da rede geográfica de rotas pedonais de acesso à escola
- Realização anual de um seminário sobre a cultura e o património de Paredes
- Relançamento da revista *Papel de Paredes*

## 5 INOVAÇÃO

Numa recomendação recente sobre a inovação pedagógica nas escolas, o conselho nacional de educação desenvolveu um programa de ação conceptual do que entende ser uma visão transformadora da educação (Recomendação do CNE, outubro de 2023). O pensamento do CNE inscreve-se nas conclusões da *Transforming Education Summit 2022* que, sob a égide da ONU, reuniu em Nova Iorque mais de 130 países que subscreveram o princípio de que o investimento na educação promove a igualdade de género, a equidade social e económica dos cidadãos e o crescimento dos próprios países. E que formar cidadãos informados e com um papel ativo na sociedade pode ajudar a enfrentar desafios como alterações climáticas, questões demográficas, promoção da igualdade e da não-discriminação e transmissão de valores fundamentais e competências interculturais.

São reflexões que nos interessa transpor para o projeto educativo, numa perspetiva local mais aplicada e concreta, porque a escola deve procurar respostas a inquietações atuais, isto é, situada historicamente, deve projetar-se a partir do presente. Para o curto prazo de três anos estabelecido no projeto educativo, elegem-se as cinco problemáticas seguintes com o objetivo de que sejam motivo de reflexão e debate interno, tendo em vista a sua integração na vida escolar.

Em primeiro lugar, a educação para a sustentabilidade, ou *educação verde*, numa abordagem interdisciplinar na dimensão científica, social, económica e política. Implica conhecer e compreender os objetivos para o desenvolvimento saudável fixados na Agenda 2030 da ONU e apreender a importância das alterações ambientais e climáticas.

Em segundo lugar, as relações escolares com os grupos marginalizados e os novos imigrantes que suscitam, todos, a necessidade de um plano nacional que se adapte a realidades locais divergentes e que tenha como ponto de partida o conhecimento da língua portuguesa, ou como reforço de aprendizagens ou na dimensão da língua não materna. A aceitação de ambientes sociais e culturais diferentes deve ser um objeto da educação escolar e pode desenvolver-se através de mobilidades, intercâmbios e projetos internacionais como o Erasmus ou o eTwinning.

Em terceiro lugar, a educação digital que tem as linhas mestras definidas no Plano de Ação para a Transição Digital que, por sua vez, deriva conceptualmente de documentos orientadores, DigCompEdu e o DigCompOrg, da Comissão Europeia. Em paralelo com a capacitação digital dos docentes, em curso, e com a atualização das estruturas de suporte do digital, prometidas pela administração central, a escola deve investigar as novas opções pedagógicas abertas pelo digital e refletir na sua aplicação concreta na relação de ensino e aprendizagem, principalmente os vetores do *self-learning* e da inteligência artificial. Deve ainda considerar o impacto que o digital e a IA podem ter na organização dos serviços administrativos e na relação que estes mantêm com a comunidade educativa.

Em quarto lugar, a escola deve tomar consciência do *gap* profundo e real entre os conhecimentos curriculares adquiridos pelos alunos e os conhecimentos e práticas esperados em alunos qualificados na dimensão cultural, científica, artística, linguística e desportiva. A relação paralela com as aprendizagens, iniciada com projetos como o ciência viva o centro de línguas estrangeiras e o desporto escolar, deve ser potenciada com outras iniciativas, tendo especial relevo a área das humanidades, da história e da geografia, das artes e do desporto.

Finalmente, em quinto lugar, a exploração em todas as direções das possibilidades abertas pela Rota do Românico que tem em Paredes, capital do Sousa, um dos seus principais motores. Trata-se de património histórico, arquitetónico, imaterial e paisagístico valiosíssimo na compreensão do nosso legado e com potencial agregador nas relações sociais que se estabelecem na comunidade educativa. Deve constituir o vetor principal das visitas de estudo e deve ser explorado de forma multidisciplinar.



## **ACOMPANHAMENTO, AVALIAÇÃO E REVISÃO DO PROJETO EDUCATIVO**

O desenvolvimento do projeto educativo está sujeito a uma avaliação constante, com efeito de *feedback*, que pode levar à alteração de prioridades e dos objetivos inicialmente previstos. Em paralelo com a avaliação informal e contínua que acontece de forma espontânea e sem calendário, é definido o momento formal de discussão intermédia e de eventual reformulação do projeto educativo no final de cada ano letivo a que se reporta.

Para efeito das avaliações intermédias, participam os membros do comunidade educativa, no nível da reflexão individual ou no nível das estruturas que integram, produzindo relatórios, propostas ou sugestões que devem ser entregues ao presidente do conselho pedagógico até o fim do mês de maio de cada ano letivo. A discussão deverá ocorrer em reunião extraordinária do conselho pedagógico a realizar no mês de junho, sendo as conclusões e recomendações apresentadas ao conselho geral para apreciação.

A avaliação final deve considerar as conclusões dos relatórios anuais de atividades, dos relatórios de autoavaliação e dos relatórios da avaliação externa produzidos durante o período de vigência do projeto educativo.

---

O projeto educativo aplica-se ao triénio 2024/2027, foi elaborado e concluído pelo conselho pedagógico, ouvida a comunidade escolar, em 10 de abril de 2024, e foi aprovado pelo conselho geral, no dia 11 de abril de 2024.

Paredes, abril de 2024

O Diretor,  
Francisco Queirós